

FRONTEIRAS EFÊMERAS NA CAPITANIA DE ANGOLA, SÉCULOS XVI E XVII

LEANDRO NASCIMENTO DE SOUZA
UFF
nassoza@hotmail.com

RESUMO

No século XV e XVI, após sofrer várias derrotas militares, a estratégia portuguesa na África Central foi usar o máximo de exploração econômica com o mínimo de ocupação territorial, com feitorias e fortalezas localizadas em pontos importantes na costa africana, manteve seu comércio negreiro negociando com os reinos e chefes locais africanos, através dos pumbeiros, realizando várias alianças políticas e comerciais com diversos grupos, tentando criar uma rede de subordinação. A partir do fim dos quinhentos e durante o seiscentos, quando não havia negociações havia a imposição militar por parte dos portugueses e seus aliados, numa sequência de perdas e ganhos territoriais ao longo de todo o século XVII.

Palavras-chave: Capitania de Angola; Escravidão Atlântica; Fronteiras.

INTRODUÇÃO: PRIMEIRAS FRONTEIRAS

No século XV, após ter sofrido várias derrotas militares, a estratégia portuguesa na África Central foi usar o máximo de exploração econômica com o mínimo de ocupação territorial, com feitorias e fortalezas localizadas em pontos importantes na costa africana. No século XVI, Portugal manteve seu comércio negreiro negociando com os reinos e chefes locais africanos, através dos lançados²¹⁸, e realizando várias alianças políticas e comerciais com diversos grupos, tentando criar uma rede de subordinação, pois onde não houve negociações havia a imposição militar por parte dos portugueses e seus aliados. Essa situação se modificou com as invasões holandesas no Norte do Brasil em 1630, controlando a produção açucareira, e posteriormente a invasão na costa africana, em que conquistaram Angola em 1641, controlando o fornecimento de escravos da África atlântica para o Novo Mundo.

²¹⁸ Agentes na sua maioria formados por mestiços. Os lançados ou pumbeiros trabalhavam negociando com os grandes chefes tribais ou reis africanos. Durante um tempo, internavam-se no interior da África-central, trocavam os escravos por tecidos, vinho e objetos de quinquilharias, voltando com uma centena de escravos para serem negociados com os agentes no litoral africano.

Com a retomada de Angola em 1648, Portugal teve outro desafio, recuperar o trato negreiro. Com poucos territórios e pequenas alianças realizadas, Portugal enfrentou uma grande concorrência mercantil, o Reino do Congo com o rei Quimpaco, e o Reino de Matamba com a rainha Nzinga. Aliados dos holandeses, Quimpaco e Nzinga haviam feito alianças políticas e comerciais com uma grande parte de chefes locais, muitas vezes pela força, invadindo territórios, aprisionando escravos e influenciando a África Central com um sentimento antilusitano, para manter suas autonomias políticas e econômicas, pois não aceitavam a vassalagem ao Reino de Portugal. A posição de Portugal com relação a essa situação foi de extrema cautela, pois havia um alto risco de outras invasões na costa africana e no Brasil, além de que, o Reino ainda estava em conflito com a Espanha e a Holanda, logo não poderia realizar investidas no interior africano e enfraquecer as defesas das outras regiões. Mas a importância do trato negreiro para a produção açucareira, e os negócios da prata em Potosí, na América, fizeram com que os governadores luso-brasileiros em Angola investissem na expansão territorial no sertão africano. Esses governadores “brasílicos” colocaram em prática ações que ampliaram o tráfico de escravos no Atlântico português, aumentaram a influência de suas regiões de origem no negócio negreiro na África central. Essa situação causou vários conflitos entre os poderes do Império luso e dos grupos africanos, pois houve vários interesses envolvidos que vão colidir. Os governadores de Angola que saíram da América Portuguesa levaram consigo gente de sua confiança para cargos administrativos e militares, o que deixou insatisfeitos os colonos que já estavam na África, causando um jogo político entre colonos do Brasil, de Angola e do Reino. Além disso, o Reino de Portugal teve outro problema para administrar, o conflito entre as Ordens religiosas, a qual os governadores também vão tentar tirar proveito para seus interesses.

A FORMAÇÃO E O DESENVOLVIMENTO DA CAPITANIA DE ANGOLA

D. Sebastião cria em 1571 a capitania de Angola, além de não ter nenhum custo para Portugal, pois os moldes da capitania era de acordo com o modelo dos exclusivismo privado das primeiras capitanias no Brasil, D. Sebastião deu concessão de terras que não pertenciam a Coroa portuguesa, e sim aos reis africanos. A capitania foi estabelecida do Rio Dande ao Rio Cuanza, e se estendia trinta e cinco leguas da costa (COSTA E SILVA, 2011, p. 662). Chegando em Luanda em 1575 com um grande

numero de soldados, marinheiros, artífices, além de alguns jesuitas, Dias Novaes tentou estabelecer a colonização portuguesa na África. De início ele teve dois problemas, o primeiro é que já havia comunidades portuguesas em Luanda, advindas de São Tomé, grupos de comerciantes que não gostaram da idéia do donatário ser o senhor econômico de terras que já eram influenciadas por eles. Esses grupos se espalharam pela África Central, muitos deles indo para a corte de Ndongo, onde venderam informações valiosas sobre os portugueses recém chegados. O segundo foi justamente o reino de Ndongo e seus vassallos que não permitiram essa tomada territorial facilmente. Em 1579, Dias Novaes e o rei de Ndongo entram em conflito, alguns dos vassallos do Ngola se aliaram aos Portugueses como Muxima, Cambanbe, Quincunguela e Massangano (COSTA E SILVA, 2011, p. 663). Dias Novaes assim que saiu da Ilha de Luanda e foi para o continente, investiu na construção de igrejas, casas, e fortificações, evidenciando que tinha vindo para ficar e não apenas adquirir escravos, como acontecia na região desde 1526. Na política expansionista, Dias Novaes usou de grande violência, espalhando pânico entre as populações, decapitou os chefes tribais que capturou, saqueou as vilas e às queimou. O Rei do Ndongo possuía um grande exercito, e mesmo com o caos estabelecido por Novaes, o conflito teve perdas e ganhos para os dois lados. Com a União Iberica em 1580, Felipe I de Portugal, retira o privilégio de Dias Novaes, extinguindo a capitania hereditária, a qual Dias Novaes deixa de ser um donatario e passa a ser um funcionario real, ou seja, o governador, isso fez com que as ações de Novais sejam submetidas a autorização de Felipe I (SERRÃO, 1996, p. 144-145), mesmo assim Novaes não desistiu da expansão até a sua morte em 1589, Sendo substituído por Luis Serrão. No período filipino, a colonia de Angola obteve um modelo administrativo semelhante ao da América, era administrado por um governador substituído a cada três anos, centrado na cidade de São Paulo de Luanda²¹⁹, havia o conselho municipal, a câmara, e capitães militares que administravam as fortalezas e suas redondezas, houve uma relação de vassalagem entre os sobas²²⁰ e os governadores, e o tributo dessa relação era pago com escravos. O interesse filipino em manter a colonia vinha de noticias sobre grandes minas de ouro na Áfriaca Central, depois de muitas investidas a Coroa Ibérica certificou-se da falsidade das informações, diminuindo a expansão e se preocupando em investir no tráfico de escravos (SERRÃO, 1996, p. 146). No início do século XVII, a capitania de Angola passou por uma série de

²¹⁹ Fundada em 25 de janeiro de 1576.

²²⁰ Chefes tribais na África central.

administradores interessados especificamente no tráfico de escravos, os chamados governadores asientistas²²¹.

Em 1611, o governador de Angola, Bento Banha Cardoso, através de um alto investimento da Coroa Ibérica, consegue estabelecer uma série de conquistas, submetendo 78 sobas, entre eles Anbundos e Inbangelas, alianças que vez por outra mudava de lado, pois o reino de Ndongo continuava resistindo. Um grande desafio teve o governador Luiz Mendes de Vasconcelos em 1617, estabelecer e manter a paz na região, combater o tráfico ilegal e a corrupção na própria administração régia. O mesmo chegou com pretensões de ser o vice-rei da África, mas acabou se utilizando das práticas dos antecessores, práticas comerciais ilícitas. Conseguiu estabelecer a paz através de tratados comerciais com Rei de Ndongo, Ngola Mbande²²². Essa paz não durou muito tempo, pois Mbande queria controlar o comércio favorecendo-se com os tipos de produtos e tributos negociados com os lusos. Esse desentendimento retomou a guerra, Mbande possuía um grande exército, mas Vasconcelos conseguiu estabelecer uma série de alianças militares e conseguiu chegar em Cabaça, o centro do reino. O rei Mbande foge, e o seu palácio foi incendiado, por conta das chuvas e doenças que assolaram as tropas, Vasconcelos foi obrigado a retornar para Luanda, e retomar as negociações de paz, mas uma vez fracassadas, retornando a guerra em 1620. A guerra gerou uma grande crise no tráfico de escravos, sendo um desafio para o próximo governador (COSTA E SILVA, 2011, p. 420-426).

Em 1621, o governador João Correia de Souza, tentou estabelecer a paz com Mbande, que mandou sua irmã Nzinga²²³ como embaixadora nas negociações. Desde o início Nzinga propôs tratamento de igual para igual, sem relação de vassalagem, estabelecendo uma certa paz entre Ndongo e a capitania de Angola. O governador enfrentou outros problemas como o tráfico ilegal, e também as várias resistências dos outros reinos nas regiões próximas, a qual saqueavam colonos nas regiões fronteiriças. Nzinga em 1624 executou um golpe e assumiu o reinado de Ndongo. Acusada de invenenar Mbande, e de eliminar os outros pretendentes, se aliou aos Jagas e assumiu a política antilusitana. Através de sua rede de comunicação, incentivou os negros em Luanda e as várias tribos vizinhas a se rebelarem contra os portugueses e se aliarem a ela.

²²¹ Asiento foram licenças ou concessões vendidas pela Espanha a negociantes de escravos na África Central, na sua maioria de famílias portuguesas.

²²² Chega ao poder eliminando os outros pretendentes a Coroa, sobretudo um filho de sua irmã Nzinga.

²²³ Ginga, Njinga ou Jinga, foi convertida ao catolicismo, sendo batizada e ganhando o nome cristão de Ana de Souza.

Neste mesmo ano o governador Fernão de Souza declara guerra contra Nzinga que durou todo o seu mandato. A guerra se estabeleceu entre perdas e ganhos, alianças e rompimentos, até 1629, onde as tropas lusas encurralaram Nzinga, onde ela foi vencida mas não capturada. Nesse momento assumiu em Ndongo o Ngola Ari, batizado de Felipe, declarado rei do Ndongo, onde governou de acordo com os interesses lusos. No início de 1630 Nzinga se aproveitou de uma crise dinástica no reino de Matamba e com seu exército invadiu o reino e se proclama soberana, tornando o reino de Matamba um reino poderoso e antilusitano. Esse reino se tornou um grande incomodo para a capitania de Angola, sendo um concorrente no tráfico de escravos, e influenciando os outros reinos contra Portugal. Com a restauração portuguesa em 1640, a ordem de Portugal foi de negociar, por tanto D. João VI em 1641, ordenou a devolução do reino Ndongo a Nzinga. Mas Já tinha sido tarde, pois os holandeses invadiram Angola no mesmo ano (VANSINA, 2010, p. 663-664).

Os conflitos entre a capitania de Angola com o reino do Ndongo e seus vizinhos, como também com Nzinga, permitiram que o reino do Congo se reestruturasse, se tornando um concorrente dos portugueses no tráfico de escravos, negociando no porto de Pinda com franceses, ingleses e sobretudo holandeses. Essa concorrência e a influência dos outros Estados europeus, fez com que a política do Congo fosse de monopolizar o tráfico de escravos na África Central, fazendo com que a capitania de Angola fosse um inimigo a ser eliminado. Em 1641 assumiu no Congo o rei Garcia II, que investiu no enfraquecimento da influencia de Portugal na região. Com a chegada dos holandeses na África central todos os problemas dos portugueses serão potencializados (VANSINA, 2010, p. 664).

HOLANDESES EM ANGOLA E A RESTAURAÇÃO DE SALVADOR DE SÁ

No dia 22 de Agosto de 1641, o Governador, Pedro César de Menezes recebeu a noticia que haviam aparecido 22 naus flamengas na baía de Luanda. A esquadra do holandês Houtbeen contou com dois mil soldados e novecentos marinheiros vindos do porto do Recife. E Luanda, nessa época, não tinha forças que pudessem oferecer resistência a tal exército. Ainda tentaram resistir no forte do Penedo, mas sem sucesso.

A política implantada pelos holandeses em Angola foi de caráter indireto, estabelecendo acordos que visavam à cooperação, evitando ao máximo as guerras, vista como revez ao bom andamento dos negócios negreiros na região. Muitos Sobas de

territórios adjacentes aos territórios de Luanda consideravam a presença holandesa como uma alternativa em contraponto a presença portuguesa. Nesse mesmo momento o então rei do Congo, Garcia II, escreveu para Maurício de Nassau no Recife, disponibilizando fortalezas e outras facilidades comerciais, ao mesmo tempo em que anexava aos seus domínios vários territórios ao Sul do Congo. Apesar das críticas aos portugueses, Garcia deixou claro que permaneceria católico e que não aceitaria missionários, embaixadores ou colonos em seu reino. A força do catolicismo congolês superava as alterações políticas nos territórios da África-central, sobretudo para manter o prestígio e o apoio do bispado de Madrid e de Roma. Outro ponto desfavorável para os lusitanos foi a aliança entre os holandeses e a rainha Nzinga, que viu nessa conquista a possibilidade de obter vantagens comerciais e principalmente para enfraquecer o rei do Ndongo, Ngola Ari, vassalo dos portugueses (ALENCASTRO, 2000, p. 212).

Nesse momento houve as várias negociações portuguesas para a retomada dos territórios que foram perdidos para os Países Baixos. Paralelamente, os colonos da América portuguesa agiram, pois o Sul do Brasil, sobretudo o Rio de Janeiro, ficou sem abastecimento de mão de obra escrava vinda da África-central, a qual o tráfico era monopolizado pelos holandeses através do comércio bipolar entre os portos de Luanda e Recife.

Por volta de 1646 o foco de resistência estava concentrado nos arredores de Massangano, que ganhou uma sobrevida com a chegada de Francisco de Souto Maior em 1645²²⁴. Pressionados tanto pelo rei do Congo, Garcia II, quanto pela rainha de Matamba, Nzinga, os holandeses evitaram ao máximo o conflito aberto com os lusos, justamente pelo tratado de paz de dez anos assinado em 1641. Esse receio flamengo causou frustrações com os reinos locais que queriam expulsar de uma vez por todas os lusos da África. Quando Nzinga e Garcia II conseguiram planejar um ataque de grandes proporções a Massangano, a situação dos portugueses em Angola foi revertida com a reconquista de Luanda por Salvador Correia de Sá em 1648.

A colônia portuguesa na América era a maior beneficiária do comércio de escravos vindo da África, essencial para manter em funcionamento os engenhos de açúcar no litoral. Com o monopólio comercial holandês no tráfico de escravos na África Central para o Novo Mundo, a partir de 1641, outras regiões do Brasil que não estavam integradas a ocupação holandesa ficaram prejudicadas, sobretudo a Bahia e o Rio de

²²⁴ Em uma das lutas de resistência Souto Maior fez prisioneira a irmã da rainha Nzinga, D. Barbara, que já tinha sido prisioneira anteriormente.

Janeiro, a primeira pela produção açucareira e a segunda pelo comércio de escravos para as minas de Prata na América espanhola, através do porto de Buenos Aires. Para contrariar essas adversidades e com o objetivo de reconquistar Angola e expulsar os holandeses, foi preparada uma expedição para reconquistar Angola. Para comandá-la foi nomeado Salvador Correia de Sá e Benevides²²⁵, que se tornou governador de Angola, de 1648 a 1651.

A reconquista era dificultada não apenas pela peculiar situação diplomática em que se achava Portugal ante os Países Baixos, em guerra no Nordeste do Brasil, como pelas dificuldades econômicas em que o Reino se encontrava, na iminência da Guerra da Restauração, e pela logística envolvida. Nesse contexto, um dos principais interessados, foi Salvador Correia de Sá, que teve vários agentes comerciais envolvidos com o tráfico de escravos entre a África, o Rio de Janeiro e Buenos Aires. Estava disposto a romper com o comércio bipolar holandês entre Luanda e Recife.

A reconquista de Angola resultou na rearticulação do abastecimento de escravos para a Bahia, e principalmente o Rio de Janeiro, servindo como conexão para Buenos Aires e as minas de prata em Potosí. Salvador de Sá deu impulso a diversas medidas administrativas, favorecendo o desenvolvimento de Luanda. A expulsão dos holandeses na África Central inaugura uma nova fase na administração de Angola, marcada pela governança de homens extremamente vinculados aos seus interesses particulares enraizados principalmente na América portuguesa.

Conquistada a vitória perante os holandeses, o desafio foi retomar o tráfico de escravos, para tal, Portugal teria que recuperar o seu prestígio e as alianças com os reinos da África central, principalmente o reino de Matamba da Rainha Nzinga, e o reino do Congo com o rei Garcia II, e os sobas de várias tribos que foram submetidos pela força ou por alianças políticas com relação de vassalagem. O período de quase oito anos de ocupação holandesa em Angola favoreceu a política antilusitana, a qual os reinos dessas regiões se aliaram aos holandeses, e tinham como intenção expulsar os portugueses da África Central com intuito principal de serem os senhores no fornecimento de escravos diretamente com o Novo Mundo. Esse foi o desafio enfrentado pelos lusos nessa nova fase de ocupação em Angola, implantar uma superioridade política para eliminar os concorrentes no negócio negreiro.

²²⁵ Antes de restauração de Angola, Salvador de Sá foi Governador da Capitania do Rio de Janeiro de 1637 a 1642.

Salvador de Sá tenta reverter os danos que os holandeses trouxeram para o Rio de Janeiro, logo tentou criar uma carreira de fornecimento de escravos Luanda-Rio-Buenos Aires, Salvador de Sá quis expandir o território para que através da guerra adquirisse o respeito e as alianças necessárias para recuperar o tráfico. Depois de expulsar os holandeses, as tropas de Salvador de Sá se voltaram para o continente, para retomar o trato terrestre, combateu e degolou vários sobas, o que facilitou a entrada para o interior. Com o reino do Congo, Salvador de Sá conseguiu um tratado em que Garcia II teria que se retirar de alguns territórios, que foram dos portugueses antes da ocupação holandeses. Com o passar do tempo esse tratado foi desrespeitado, o que trouxe vários problemas para os sucessores de Salvador de Sá em Angola. Nos primeiros meses de Salvador de Sá como governador de Angola, ele enfrentou a força militar de Nzinga, derrotada, a mesma foi obrigada a assinar uma trégua, a qual repassou vários escravos em troca da sua irmã Cambo, que teve como nome cristão D. Barbara. Salvador de Sá não entrega a irmã de Nzinga, como também manteve as hostilidades ao reino de Matamba. A Coroa Portuguesa não autorizou essa empreitada pelo fato que tinha um custo muito alto, além de que, poderia ter desprotegido a costa, onde haviam varias ameaças do retorno de holandeses e invasões de outros estados marítimos europeus, esse propósito também foi apoiado pelos colonos remanescentes de Massângano que foram contrários aos interesses dos grupos vindo do Brasil. No último ano de seu governo, Salvador de Sá se alinhou as ordens régias e tentou estabelecer uma diplomacia de não agressão, negociando as questões comerciais, sobretudo no fornecimento de escravos (ALENCASTRO, 2000, p. 262-264).

Salvador de Sá deixou o governo de Angola em 1651, mas o seu sucessor, Rodrigo de Miranda Henriques, a qual foi muito próximo, teve o mesmo interesse na governança de Angola, ou seja, continuou as operações da reabertura da carreira Luanda-Rio-Buenos Aires, o governador conhecia bem as rotas da prata peruana, e as negociações comerciais do Atlântico Sul, pois o mesmo já tinha sido governador da capitania do Rio de Janeiro de 1633 a 1637, segundo Luis Felipe de Alencastro “esse movimento desemboca no avanço pelo litoral sul e na fundação da colônia de Sacramento” (ALENCASTRO, 2000, p. 271). Miranda Henriques apesar de ter enviado alguns militares para castigar sobas inimigos nas regiões mais próximas de Luanda, manteve suas forças concentradas na costa de Angola. Reparou fortes danificados em Luanda, e mandou uma esquadra à Pinda e à Loango, para combater um corsário holandês, melhorando as relações comerciais na região. Morreu aos dois anos de

governo sendo substituído por Bartolomeu de Vasconcelos da Cunha que manteve a mesma política anterior (CADORNEGA, 1940, p. 72-77).

Em 1655 assumiu o governo de Angola Luiz Martins de Souza Chichorro, o mesmo que como capitão-mor de Malaca foi conquistado pelos holandeses da Companhia das Índias Orientais em 1641 (ALENCASTRO, 2000, p. 272). Inteirou-se do negócio negreiro em quanto esteve na sede do governo geral do Brasil, em Salvador. No seu governo retomou os conflitos com o reino do Congo, pois Garcia II não manteve os tratados da época de Salvador de Sá, criou grupamentos militares para ir combater os sobas aliados do Congo, mas recebeu ordem da Coroa para interromper a empreitada e continuar com as negociações fazendo uso de embaixadores para reafirmar o tratado de paz com o Garcia II. É nesse momento que começou as divergências com relação ao reino do Congo, entre a Coroa lusa e os governadores de Angola. Outra ação militar de Chichorro foi combater os piratas holandeses na costa da África Central, diminuindo suas ações (CADORNEGA, 1940, p. 113-114).

O acontecimento de grande relevância e que trouxe consequências positivas para a influência portuguesa na região, foi a nova conversão ao catolicismo da rainha Nzinga em 1656, pelos capuchinos italianos, sobretudo o Frei Gaeta²²⁶. Essa nova conversão possibilitou alianças entre Nzinga e Portugal, onde no tratado de paz e cooperação, Nzinga teve a sua Irmã, que era prisioneira dos portugueses, D. Barbara, devolvida. Essa aliança foi fundamental para as ações militares dos portugueses na região, sobretudo contra o reino do Congo. Na sua saída no governo de Angola em 1658, Chichorro foi atacado por piratas holandeses na costa da Paraíba e acabou falecendo (CADORNEGA, 1940, p. 137).

PERNAMBUCO EM ANGOLA: OS MESTRES-DE-CAMPO²²⁷ GOVERNADORES

Pernambuco restaurado pelos colonos lusos em 1654 teve um problema agravante na questão econômica. A produção açucareira passou a sofrer a concorrência

²²⁶ O capuchinho italiano João António Cavazzi de Montecúcolo esteve em Angola, no Ndongo e em Matamba de 1654 a 1667, com a morte de Gaeta, foi confidente da rainha Nzinga, sua obra “Descrição história dos três reinos do Congo, Matamba e Angola”, apesar do profundo etnocentrismo do autor, para Cavazzi o reinado de Nzinga antes da nova conversão era um “verdadeiro” inferno, com transexualismo, haréns de rapazes, infanticídio, antropofagia, feitiçaria e luxúria.

²²⁷ Mestre-de-campo é equivalente a coronel de infantaria, tem a jurisdição civil e criminal do seu terço com apelação ao general (BLUTEAU, 2000, p. 457).

do mercado internacional, do açúcar produzido pelos holandeses na Guiana e nas Antilhas, fazendo com que para manter um preço competitivo no mercado, tinha-se que diminuir os custos de produção, sobretudo nos gastos com a mão de obra escrava africana, que tinha aumentado consideravelmente com as guerras atlânticas. Para tanto, em 1654, o negocio negreiro em Angola abastecia o comercio carioca, e era de fundamental importância para a produção açucareira em Pernambuco resgatar o comercio bipolar entre Luanda-Recife, como também utilizar ações que proporcionassem um aumento nos números e baixa nos preços no mercado escravista.

Desde 1646 houve uma preocupação em Pernambuco com relação ao que acontecia em Angola, Martin Soares Moreno, Vidal de Negreiros e João Fernandes Vieira enviaram à Corte relatórios sobre os acontecimentos do Congo e de Angola, informações de luandenses no Recife que tinham vindo como prisioneiros. Nesses relatórios, João Fernandes Vieira alerta a Coroa sobre as manobras de Salvador de Sá, que seu interesse em Angola esteve restrito aos negócios peruleiros da prata, segundo Vieira isso poderia provocar uma investida Espanhola contra Luanda, já que por conta dos conflitos atlânticos houve uma grande crise internacional no mercado de escravos (ALENCASTRO, 2000, p. 259).

Em 1654, o almirante Brito Freyre, que foi governador de Pernambuco de 1661 a 1664, tentou convencer a Coroa lusa do projeto de reconquista de São Jorge da Mina, e propôs o ataque logo depois da rendição holandesa, tendo como o Recife a base da saída da expedição (ALENCASTRO, 2000, p. 270-271). Apesar da Coroa não aprovar o projeto, por questões de custo-benefício, ficou evidente a preocupação de Pernambuco com os acontecimentos na África central e a necessidade de estar no controle do negocio negreiro.

Dois líderes do movimento de libertação, que tiveram prestígios perante a Coroa pelas ações militares na expulsão dos holandeses, João Fernandes Vieira e André Vidal de Negreiros, arquitetaram a resolução desse problema comercial, usaram a política de favorecimentos em favor do comercio Recife-Luanda, pois eram os maiores senhores de engenho de Pernambuco e Paraíba, e nada melhor para reverter o trato negreiro em seus benefícios do que sendo governadores de Angola.

Foi muito conveniente que enquanto João Fernandes Vieira governasse Angola, André Vidal de Negreiros governasse Pernambuco²²⁸, as duas costas atlânticas com o mesmo objetivo, aumentar a produção açucareira através de uma bem sucedida forma de governar Angola baseado no trato negreiro.

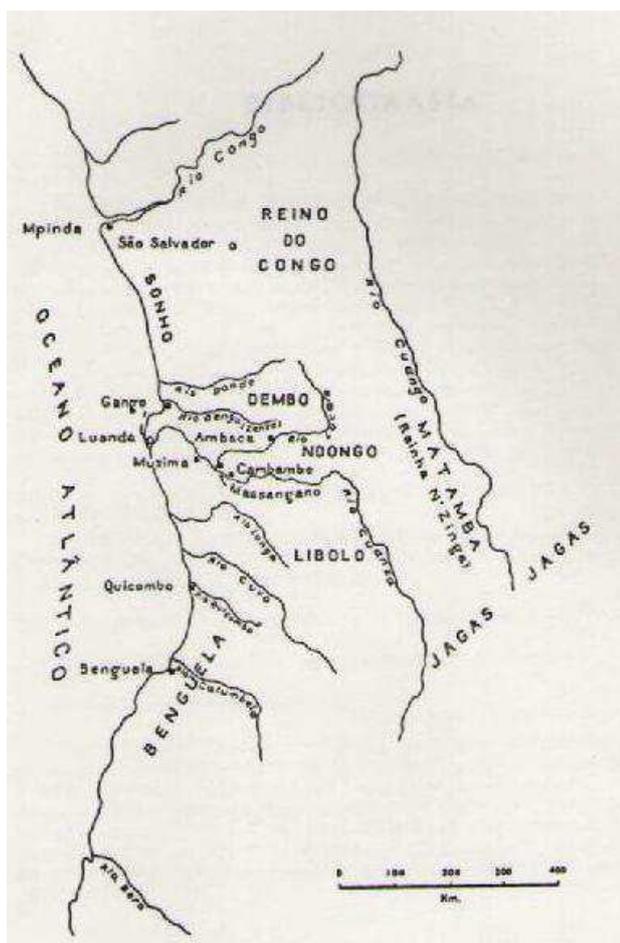
Querendo controlar o mercado de escravos, João Fernandes Vieira realizou várias medidas para fortalecer militarmente a sua administração, logo de início ele colocou gente sua para os cargos administrativos e militares, ocasionando assim uma demanda de colonos pernambucanos para gerir seu governo, principalmente os militares que lutaram na expulsão holandesa (MELLO, 2000, p. 330-331), pois o interesse de Vieira foi de expandir o território português no interior da África central, recuperar as alianças e submeter à maior ameaça que foi o Reino do Congo, além de tentar eliminar os intermediários no trato negreiro, pois na sua perspectiva não se negociava com nativos e sim os conquistava. Para tanto, os militares pernambucanos foram muito úteis, pois já tinham experiência em batalhas no ultramar. Vieira pede autorização a Coroa para transferir grande parte da artilharia tomada dos holandeses para Angola.

Entre suas medidas, estavam o fortalecimento da região já controlada, como obras nos portos, ampliando seus cais, restauração e construção de fortalezas e ampliação do poderio militar. Após esse controle teve início a expansão territorial, várias regiões foram reconquistadas e outras submetidas pela primeira vez. Conquistou a região de Ambarca, conseguiu a vassalagem das terras de Libolo e Quissama, recuperou o porto de Benguela, criou rotas terrestres seguras, recuperou o rio Cuanza e o trato salineiro, além de iniciar negociações para aliança política com os guerreiros Jagas do reino de Matamba que foram governados pela rainha Nzinga. Essas conquistas arrecadaram um grande número de escravos para o Brasil, principalmente Pernambuco. Suas medidas restauraram parte do prestígio português que havia sido perdida no período holandês e pela influência do Reino do Congo (SOUZA, 2013, p. 76-78).

Com o Reino do Congo Vieira foi mais cauteloso, usou de muita negociação, pois este Reino era reconhecido pela Santa Igreja Católica, tinha seu bispado próprio e muita influência com Roma e Madri. Nas negociações Vieira exigiu o cumprimento dos tratados anteriores, e enquanto a resposta não vinha, atacou os vassalos fieis ao Congo. Depois de muitas ameaças de invasão ao território congolês, em 1659, Vieira conseguiu

²²⁸ Inicialmente seu mandato seria de 1657 a 1660, mas em 1660, Negreiros requer a Coroa que lhe mantenha no cargo até o fim do mandato do governador de Angola, João Fernandes Vieira, em 1661. (AHU-ACL-CU-015, Cx. 7, D. 620).

que o Congo cumprisse parte de acordos anteriores, principalmente na liberação de um grande número de escravos para Luanda. Medida que o fez perder parte do apoio que tinha para uma invasão (SOUZA, 2013, p. 79-86). Outra medida importante de Vieira foi a denuncia do envolvimento dos jesuítas no tráfico negreiro, que tinham tornado-se menos missionários e mais materialistas. Aliou-se aos capuchinhos e acusou os jesuítas de várias irregularidades, ocasionando na sua excomunhão pela ordem da Companhia de Jesus (SOUZA, 2013, p. 88-95).



O reino de Angola em 1658 (MELLO, 2000, p. 449)

Com o fim do seu governo e sem seu principal objetivo conquistado, submeter o reino do Congo aos portugueses, Vieira teve a oportunidade de ter continuidade na sua política expansionista através do seu sucessor, André Vidal de Negreiros. Na sua chegada, em 1661, Negreiros passou alguns meses com a companhia de Vieira, onde o mesmo fez questão de lhe passar todo o planejamento expansionista.

Para Negreiros também foi interessante a expansão para o interior africano, pois tinha feito vários acordos com Vieira, que tinha vários agentes envolvidos no tráfico. Além de que, também era um senhor de terras na América portuguesa, onde o sistema escravista foi muito forte. Com isso a política implantada por Vieira teve continuidade, só que desta vez o intuito maior foi a invasão ao Reino do Congo, submetendo-o a Portugal, aumentando ainda mais o controle sobre a região e o tráfico de escravos. Mas essa medida não foi fácil, pois a invasão tinha que ser justificada, principalmente em Roma. Para a igreja católica, o Congo era uma porta aberta para uma melhor entrada do cristianismo nessa região africana, uma vez que os próprios africanos a pregavam. Outro problema enfrentado por Negreiros foi a determinação de Portugal, de 1664, que cancelava as investidas militares no interior africano, dando prioridade a proteção da costa atlântica, sobretudo Luanda, pois havia muita ameaça de invasões por parte de outros países interessados no comércio escravista.

O governo de Negreiros teve vários momentos de desentendimento com a Coroa portuguesa, principalmente pela sua insistência na invasão ao Congo. Utilizando o seu prestígio ele seguiu em frente e usou de várias estratégias para criar justificativas de avanço militar no território congolês. Denunciou o Rei do Congo, Mulanza, de subtrair terras e metais preciosos de Portugal, e declarou refutação ao caráter cristão do Congo, relatando que o cristianismo era apenas uma fachada para agradar Roma, e os cultos pagãos sempre estavam presentes nos rituais cristãos. Essas denúncias foram chamadas de cisma dos cônegos congolezes o que causou um grande descontentamento ao Rei Mulanza, a qual declara guerra a Angola portuguesa (ALENCASTRO, 2000, p. 291-292).

Com a guerra declarada por Mulanza, foi mais fácil para Negreiros ter o apoio que precisava, logo tratou de montar a estratégia para vencer a guerra contra o Congo. Uma grande vantagem para Negreiros foi a aliança com o Reino de Matamba, governado pela rainha Nzinga e os guerreiros Jagas. Vários conflitos se estenderam no interior africano, mas a guerra só teve seu desfecho com a batalha de Ambuíla em 1665. O exército de Negreiros foi composto por tropas luso-afro-brasílicas. Adquiridas nos conflitos contra os holandeses em Pernambuco, na luta contra quilombos e até mesmo nos conflitos com indígenas, as táticas de guerrilhas brasílicas foram de fundamental importância para a vitória nesse conflito (CADORNEGA, 1940, p. 219-222).

CONCLUSÃO: FRONTEIRAS, UMA DISCUSSÃO

O pesquisador Richard White fez uma análise sobre os espaços intermediários de negociação de grupos com valores sociais distintos, e de como esses espaços de acomodação apresentaram uma ausência de estruturas de dominação, o que vai resultar em diferenças e ajustes nos significados das categorias sociais. Esses espaços de negociação também se apresentam no contexto da África-central, principalmente entre portugueses e os grupos mais próximos a capitania de Angola, gerando grupos sociais com interesses diversos. Segundo White as categorias modernas e identidades variam de acordo com as conjunturas e jogos sociais, gerando significados múltiplos, de acordo com a mobilidade dos sujeitos (WHITE, 2011). As autoras Hal Langfur (LANGFUR, 2006), e Sara Orтели (ORTELLI, 2007), usam questões como múltiplos usos das fontes, a contextualização dos documentos de acordo com o contexto das “fronteiras”, principalmente quando se usa o conceito de “gestão” ou “Estado”, pois eles são um conjunto de poderes, influências, grupos, vontades e interesses. Criando e recriando os significados de acordo com as diferentes esferas de poder. Nesse aspecto muitas das fontes são produzidas dentro desses interesses, gerando boatos para atingir fins, contribuindo para inclusão dos sujeitos históricos dentro de classificações comportamentais abaixo de uma certa “cidadania” ou “civildade social”, contribuindo para criminalizar grupos excluídos. A autora Nancy (NANCY, 2014) trabalha as construções sociais dentro dessas diversas relações de poder, a qual as vezes há um reconhecimento das atribuições identitárias, mas as vezes não, sendo relativo a qualidade e características nas mobilidades e dinâmicas sociais. Cria-se assim um sistema de valores a qual surgem certas orientações.

Dialogando com a antropologia, podemos usar o autor Fredrik Barth, a qual utiliza as fronteiras para compreender as dinâmicas do grupo. Ele dinamiza a identidade étnica afirmando que ela não é estática, se transforma a partir das relações e como qualquer outra identidade, coletiva ou individual dependendo do interesse, ou contexto. A interação entre os sujeitos e grupos, permitem transformações contínuas que modela a identidade, em processo de exclusão ou inclusão, determinando quem esta inserido no grupo e quem não está. Compartilham diversas características más principalmente esses grupos se organizam a fim de definir o “eu” e o “outro”. Se manifestam de maneira à categorizar e interagir com os outros. Exteriormente atribuem aos grupos étnicos uma identidade baseada em fatores objetivos e que muitas vezes não correspondem as suas características reais. O autor recomenda que para entender as dinâmicas desses grupos é

necessário levar em consideração as características que são significantes para os próprios atores. Os grupos étnicos possuem padrões valorativos que os definem em quanto tal, e a forma como cada grupo ou cada um irá se portar em contato com outros grupos, com o intuito de adquirir visibilidade e dialogar com outro. No entanto esses padrões não são fixos, podem mudar e resignificar-se em outro momento, conforme o contexto social. Essas análises são de fundamental importância para compreender os vários contextos que envolvem as categorias sociais e seus membros na Capitania de Angola na segunda metade do século XVII.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALENCASTRO, Luiz Felipe de. **O trato dos viventes: Formação do Brasil no Atlântico Sul**. São Paulo: Companhia das letras, 2000.

BARTH, Fredrik. **O guru, o iniciador e outras variações antropológicas**. Rio de Janeiro, Contra-Capa, 2000.

BLUTEAU, Pe. Raphael. **Vocabulário português e latino**. Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesus, 1712. Edição fac-símile, CD-ROM, Rio de Janeiro: UERJ, 2000.

CADORNEGA, Antonio de Oliveira de. **História geral das guerras angolanas, Tomo II**. Lisboa: Agência geral das colônias, 1940.

COSTA E SILVA, Alberto. **A manilha e o libambo: a África e a escravidão 1500 a 1700**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira. 2011.

MELLO, José Antônio Gonsalves de. **João Fernandes Vieira: Mestre-de-campo do Terço de Infantaria de Pernambuco**. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses, 2000.

MONTECÚCCOLO, Pe. João António Cavazzi de. **Descrição histórica dos três reinos do Congo, Matamba e Angola**. Volume 2. Lisboa: Junta de Investigações do Ultramar, 1965.

NANCY E. **Global Indios: the indigenous struggle for justice in sixteenth-century Spain**. Durham, NC: Duke University Press, 2014.

LANGFUR, Hal. **The forbidden Lands**. Stanford: Stanford University Press, 2006.

ORTELLI, Sara. **Trama de una Guerra conveniente: nueva vizcaya y la sombra de los apaches (1748-1790)**. México, D.F: El Colegio de México, centro de estudios históricos, 2007.

SERRÃO, Joaquim Veríssimo. **História de Portugal**. Volumes 2, 3 e 5. Lisboa: Editorial Verbo, 1996.

SOUZA, Leandro Nascimento. **Uma experiência pernambucana em Angola: o governo de João Fernandes Vieira, 1658 a 1661**. Recife: Universidade Federal de Pernambuco, dissertação de mestrado, 2013.

VANSINA, J. **O reino do Congo e seus vizinhos**. In: OGOT, Bethwell Allan (org.). História Geral da África Volume V. Brasília: UNESCO. 2010.

WHITE, Richard. **The Middle ground**. Cambridge University Press, 2011.

**“PACATOS, BIZARROS E A CAMINHO DA EXTINÇÃO”: OS ÍNDIOS
XUKURU-KARIRI (PALMEIRA DOS ÍNDIOS/AL) DESCRITOS POR IVAN
BARROS E LUIZ B. TORRES**

BRUNEMBERG DA SILVA SOARES
UFCG
brunemberg@hotmail.com

EDSON SILVA
UFCG
edson.edsilva@hotmail.com

RESUMO

Este texto tem como objetivo problematizar a forma como os índios Xukuru-Kariri são representados no município de Palmeira dos Índios-AL, considerando a romantização e mitificação nos escritos, imagens e símbolos oficiais, vistos como formas de manipulação por parte das oligarquias locais, que exaltam e defendem utilizações de imagens do índio, frente aos conflitos fundiários que ocorrem na região. Realizamos a pesquisa a partir da análise dos escritos de Luiz Barros Torres e Ivan Barros, principais memorialistas de Palmeira dos Índios; cujas produções compõem a “história oficial” e influenciaram na criação de aspectos importantes, a exemplo da bandeira e do hino municipal. Nossas reflexões baseiam-se em estudos de autores como João Pacheco de Oliveira (1994), Adelson Lopes Peixoto (2013), Eric Hobsbawn (1997), Roger Chartier (1990), Stuart Hall (2015), dentre outros.

Palavras-chave: Imagens; Índios; Representação.

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Durante muito tempo, a participação dos povos indígenas na História foi negada pela historiografia brasileira, assim, grande parte dos estudos históricos e antropológicos referentes aos povos indígenas, principalmente no Nordeste, destacava-